

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de
Loulé
Praça da República

8100-951 Loulé

Sua Referência**Sua Comunicação****Nossa referência**

Procº nº 16.04.01.01.00001.2015
Entrada nº
Ofício nº S05391-201612-GFC

ASSUNTO: POAlgarve21 - FEDER

Envio do Relatório Final da Ação de Controlo Interno
Projeto nº ALG-02-0965-FEDER-000018

Na sequência da realização da ação de controlo interno ao projeto acima referido, foi submetido ao exercício de audiência prévia a 09.11.2016, através de email, o respetivo projeto de relatório elaborado pela empresa de auditoria BDO & Associados, SROC, Lda.

Não tendo sido apresentadas alegações em sede de contraditório, enviamos, em anexo, cópia do relatório final, aprovado a 07.12.2016.

Mais se adianta, que no relatório em questão não foram identificadas despesas não elegíveis.

Com os melhores cumprimentos,

O Gestor do POAlgarve21



Francisco Serra

AA

1/1

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

PLANEAMENTO
E INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro • Portugal
Tel: +351 289 895 200 • Fax: +351 289 895 299
E-mail: geral@ccdr-alg.pt • www.ccdr-alg.pt

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE - PO ALGARVE 21 - FEDER

AÇÃO DE CONTROLO INTERNO - RELATÓRIO DE AUDITORIA

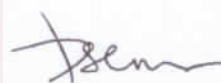
DESPACHO

Visto. Concordo com o teor do presente relatório salientando as conclusões expressas no ponto V propondo o seu envio para:

- O beneficiário
- ST PO Algarve 21

Helen Viegas 06.12.2016

Concordo com o proposto.



(07.12.2016)

Francisco Serra
 Presidente da CCDR Algarve

I. INTRODUÇÃO - ÂMBITO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

Objetivos da Ação de Controlo: O trabalho realizado teve em vista dar cumprimento ao disposto na alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11/06 e o art.º 13.º do Regulamento (CE) nº 1828/2006, de 12/06, e tem como objetivo verificar a conformidade dos circuitos e procedimentos de gestão estabelecidos entre o órgão de gestão e o Beneficiário, e a regularidade e legalidade da execução dos projetos - nas suas componentes administrativas, financeira, técnica e física - com as normas comunitárias e nacionais aplicáveis.

Metodologia Utilizada: Para a realização da presente ação de controlo, no âmbito do Plano Anual de Controlo 2013-2015 da Unidade de Controlo Interno da Autoridade de Gestão (AG), tivemos em consideração a legislação e demais documentação aplicável, nomeadamente, o Manual de Procedimentos do POAlgarve21, o Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, Regulamentos Comunitários, Regulamento Específico da medida, Avisos de Candidatura e outras normas e orientações emitidas. Foram realizados testes de controlo e substantivos junto da entidade Gestora e do Beneficiário, tendo sido verificados os procedimentos e toda a documentação relacionada com a operação. O controlo abrangeu 1 documento de despesa, no montante total de 221.779,71 €, que representa 98% das despesas de investimento realizadas entre 31out13 e 18mar14.

II - CARATERIZAÇÃO DO PROJECTO
Beneficiário: Município de Loulé

Denominação da Operação: Instalação de Reguladores de Fluxo

Descrição Sumária da Operação: Instalação de Reguladores de Fluxo para redução dos consumos de energia

Data Prevista Início Operação: 08out13

Data Efetiva Início: 31out13

Data Prevista Conclusão Operação: 12abr14

Data Efetiva Conclusão Operação: 18mar14

Código da Operação: ALG-02-0965-FEDER-000018

Eixo Prioritário: 2 - Proteção e Qualificação.

Investimento Realizado: 264.063,62€

Área de Intervenção: Melhoria da eficiência energética na rede de iluminação pública e nas instalações semaforicas

Investimento Realizado Elegível: 225.226,71€

Investimento Elegível Aprovado: 369.904,00€

Taxa de Comparticipação: 65%

Comparticipação FEDER Aprovada: 240.437,60€

III - LOGÍSTICA DA AUDITORIA
Início da Auditoria: 28set16

Conclusão da Auditoria no Beneficiário: 04out16

Data da Visita ao Beneficiário: 04out16

Equipa de Auditoria: António Carvalho de Barros, Cláudio Antunes Calçôa e Nehal Raichura

IV - ASPETOS RELEVANTES DE AUDITORIA

O Beneficiário não utilizou a conta bancária específica definida no Contrato de Financiamento para o pagamento das despesas, contudo procedeu ao ressarcimento das despesas em causa, através de transferência da conta bancária específica para a conta geral utilizada no pagamento aos fornecedores, conforme disposto no nº 2 da cláusula quarta do Contrato de Financiamento. Apesar desta obrigatoriedade estar prevista no contrato de financiamento que foi celebrado, foi efetuada alteração em 21fev14 à cláusula 4ª do Contrato, conforme deliberação da Comissão Diretiva do PO Algarve21, segundo a qual a criação da conta bancária específica deixa de ser exigível.

V - LIMITAÇÕES, ANOMALIAS E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA - BENEFICIÁRIO
**Ajustamentos
de Auditoria
(euros)**

1. Submissão do Pedido de Pagamento nº 1: Da análise ao pedido de pagamento nº 1, cuja submissão no SIGA.21 foi em 10dez13, verificamos que o período que decorreu entre o Contrato e a submissão do 1º pedido de pagamento foi superior a 6 meses, contrariando assim o disposto na alínea n) da cláusula 7ª do Contrato de Financiamento e no Manual de Procedimentos.

Recomendação: Os prazos definidos no Contrato de Financiamento deverão ser respeitados pelo Beneficiário.

Total dos Ajustamentos Aumento/(Redução)

-

VI - QUADRO RESUMO DE CÁLCULO DA COMPARTICIPAÇÃO E AJUSTAMENTOS DE AUDITORIA	(euros)
1. Investimento Realizado pelo Beneficiário	225.226,71
2. Investimento Verificado pela BDO (98%)	221.779,71
3. Ajustamentos BDO ao Investimento Verificado	-
4. Investimento Realizado a Participar	225.226,71
5. Participação FEDER Paga (data de corte: 21Jun16)	146.397,36
6. Ajustamento BDO à Participação FEDER das Despesas Verificadas	-
7. Valor Total da Participação FEDER Após Ajustamento ((1 + 3) x Taxa de Participação)	146.397,36
8. Adiantamentos / Pagamentos Efetuados	146.397,36

Faro, 04 de Outubro de 2016

BDO  Associados, SROC
 A Administração